

Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista A forgotten account: Anselm Eckart and the 18th Century Amazon

Antonio Porro

Universidade de São Paulo. São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: Uma obra quase desconhecida do jesuíta alemão Anselm Eckart (1721-1809), os "Aditamentos à descrição das terras do Brasil", é de grande interesse para os estudos amazônicos. Eckart, que trabalhou de 1753 a 1757 nas missões do Maranhão e Grão-Pará, publicou suas próprias observações em apêndice à obra de outro autor sobre o mundo natural e a sociedade amazônica. Os capítulos dos "Aditamentos" que tratam da população indígena, de seus costumes e do tratamento recebido de colonos e missionários são aqui traduzidos por Thekla Hartmann e comentados pelo autor.

Palavras-chave: Anselm Eckart. Jesuítas. Grão-Pará. Maranhão. Ethnohistória.

Abstract: The almost unknown "Additional notes on the description of the lands of Brazil", by German Jesuit Anselm Eckart (1721-1809), deserves great interest for Amazonian studies. Eckart, who joined for five years (1753-1757) the Maranhão and Grão-Pará missions, published his own observations appended to another author's book on Amazonian natural and social world. The "Additional notes" chapters concerning Indian tribes' customs and situation under colonial rule are here translated by Thekla Hartmann and are commented by the author.

Keywords: Anselm Eckart. Jesuits. Grão-Pará. Maranhão. Ethnohistory.

PORRO, Antonio. Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n. 3, p. 575-592, set.-dez. 2011.

Autor para correspondência: Antonio Porro. Rua Vicente Félix, 65, ap. 72. São Paulo, SP, Brasil. CEP 01410-020 (toniporro@uol.com.br).

Recebido em 05/02/2011

Aprovado em 01/08/2011



Os “Aditamentos” de Anselm Eckart, jesuíta alemão nas missões do Grão-Pará e Maranhão em meados do século XVIII, constituíram uma das poucas obras de interesse histórico e etnográfico daquele período escritas por um protagonista e testemunha ocular, ainda inéditas em português¹. Do próprio original alemão só existiam duas edições, ambas de fins do século XVIII, de difícil acesso e quase ocultas, em forma de adendos e correções em apêndice a obra maior, de outro autor e de interesse marginal para os estudos brasileiros. Essa circunstância, aliada à inviabilidade de se propor uma obra quatro vezes mais volumosa, mas não igualmente interessante para o leitor brasileiro, fez com que, para editar somente o texto de Eckart, ou mesmo parte dele, como aqui se optou por fazer, se impusessem algumas intervenções na sua estrutura. Para bem entendê-las, convirá antes dizer algo sobre o autor e a curiosa e atribulada história da sua obra.

Anselm von Eckart nasceu em 1721 numa abastada família da Mogúncia, cujos membros já haviam ocupado altos cargos eclesiásticos e junto ao príncipe eleitor. Em 1740, entrou na Companhia de Jesus e, em 1752, foi um dos escolhidos para, a instâncias da rainha de Portugal, Mariana d’Áustria, incrementar os quadros da vice-província do Maranhão e Grão Pará. Eckart chegou a São Luís do Maranhão em julho de 1753 e, passados alguns meses, foi enviado à missão de Pirauri, no rio Xingu, a fim de aprender a língua geral. Interessado em idiomas, nos meses seguintes iria redigir catecismos na língua dos Ariquenas e dos Barés. Em 1755, foi encarregado da missão de Trocano, no rio Madeira, onde conheceu e teve relações quase amistosas com o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que, por outro lado, já vinha com a decisão, efetivada a 1º. de janeiro de 1756, de inaugurar em Trocano, a mais afastada das missões jesuíticas da Amazônia, a supressão do poder temporal da Companhia e a transformação das aldeias em vilas neoportuguesas. Perdida a função pastoral,

Eckart deixou Trocano, agora Borba-a-nova, e voltou ao Maranhão como missionário da aldeia de Caetés. Com a ordem de expulsão dos jesuítas, em novembro de 1757 foi deportado para Portugal e lá confinado na residência de Sanfins, no Minho. Em 1759, foi encarcerado em Almeida e, em 1762, transferido para a fortaleza de São Julião. Sairia de lá somente em 1777. Regressou à Alemanha, onde escreveu as suas “Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal” (Eckart, 1987). Anos mais tarde, partiu para as casas jesuíticas na Rússia, nas quais chegou a ser Superior e onde veio a falecer, aos 88 anos, em 1809.

A história dos “Aditamentos” de Eckart, reconstruída com erudição e elegância por Ernesto Feder (1945), começou em 1780, quando o literato e livre-pensador Gotthold Lessing, então curador da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel, na Baixa Saxônia, encontrou e leu um curioso manuscrito espanhol acompanhado de tradução alemã. A epígrafe rezava: “Discripcion de mil y treinta y ocho leguas de tierra del Estado de Brasil, Conquista del Marañon y Gran Pará por sus verdaderos rumbos y de setenta leguas que tiene de boca el Rio de las Amazonas que esta en la linea Equinocial, etc”. O autor, cujo nome foi lido como Pedro Cudena (1780), o dedicava em Madri, em 20 de setembro de 1634, a Don Gaspar de Gusman, Conde de Olivares e Chanceler maior das Índias Ocidentais, declarando escrever “lo que he visto y experimentado en la costa del Brasil”. Trata-se, de fato, de um breve roteiro geográfico de todo o litoral brasileiro, desde o Amapá até o Uruguai, com seus acidentes geográficos e vilas principais, suas distâncias e orientações. Informa também o calado dos portos, os gêneros produzidos, o montante de suas exportações anuais e o potencial estimado para futuros estaleiros navais. Não contém informações de caráter histórico ou etnográfico.

Lessing decidiu publicar aquele documento e convidou Christian Leiste, seu amigo, reitor da Escola

¹ Do texto de Eckart há uma tradução integral inédita de Thekla Hartmann: “Aditamentos à descrição das terras do Brasil de Pedro Cudena e às notas do senhor reitor Christian Leiste na Sexta Contribuição de Lessing para a História e a Literatura, dos tesouros da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel”.

superior ducal de Wolfenbüttel, que já publicara uma história da América britânica, para que o comentasse e corrigisse onde necessário: o documento era, na verdade, uma má cópia e o tradutor alemão, nas palavras de Lessing, “não conhecia quer o espanhol, quer o alemão, quer o assunto” (Lessing e Leiste, 1780 *apud* Feder, 1945, p. 115). Nas províncias alemãs do século XVIII, quase nada se sabia sobre as colônias americanas de Espanha e Portugal, e Leiste, com a melhor das intenções, corrigiu o que pôde do texto e lhe acrescentou, de sua lavra e baseado na escassa e obsoleta literatura de que dispunha, uma descrição do Brasil oito vezes mais extensa do que o texto de Cudena e evitada de erros crassos e interpretações fantasiosas. A começar pelo nome do autor: o misterioso navegador Pedro Cudena era, na verdade, o lisboeta Pedro Cadena de Vilhasanti, de pai veneziano e mãe ítalo-espanhola. Servira de 1624 a 1639 nas capitanias do nordeste do Brasil, lutara contra os holandeses, foi Provedor da Fazenda de Pernambuco, Provedor-mor do Estado do Brasil e autor, anos depois, da “Relação diária do cerco da Bahia de 1638” (Cadena de Vilhasanti, 1941).

O livrinho de Lessing e Leiste, de 160 páginas, foi publicado em Braunschweig em 1780, com o título “Beschreibung des Portugiesischen Amerika von Cudena” (“Descrição da América portuguesa por Cudena”) (Lessing e Leiste, 1780)². No ano seguinte, foi reeditado na mesma cidade, como sexto volume das “Contribuições de Lessing para a História e a Literatura, dos tesouros da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel”. Mas, como sugere Feder, Leiste não deve ter ficado satisfeito com o seu próprio trabalho, porque no mesmo ano o enviou ao publicista Cristoph Gottlieb von Murr, um poliglota de grande cultura e interesses variados, pedindo-lhe um parecer estribado em notícias mais recentes da América. Murr era amigo de Anselm Eckart e não só sabia da atuação deste no Grão-Pará e Maranhão, como já publicara, em seu “Jornal da

História da Arte e da Literatura Geral”, as notícias do jesuíta sobre línguas indígenas do Brasil (Eckart, 1778, 1779)³.

Eckart deve ter tomado interesse por uma obra que tratava do país que, como poucos alemães, ele conhecera havia mais de vinte anos. E devem ter concluído, ele ou Murr, que a melhor forma de corrigir as tantas imprecisões de Leiste sem ter que reescrever o livro seria acrescentar-lhe em apêndice, para uma nova edição, sucessivos verbetes, amiúde longos parágrafos, com chamadas para as correspondentes páginas e frases de Leiste. E o fez, Eckart, com extrema honestidade e dedicação, não obstante Leiste, por mera desinformação, tivesse inclusive reiterado velhas e desagradáveis denúncias à atuação dos jesuítas. Nas palavras de Feder (1945, p. 123):

(...) sem melindres, sem criticar ou censurar os inúmeros erros de Leiste (...). Com um humor especial, [Eckart] aniquila a lenda dos artilheiros, do forte e dos canhões [atribuídos aos jesuítas] (...). Eckart enviou o seu manuscrito a Murr, que, por sua vez, o remeteu a Leiste. O reitor, envergonhado, escreveu diretamente a Eckart: “Terei o maior prazer em acatar a sua Ordem e a sua pessoa (...) reconhecendo como falso o que copiei de boa fé (...). O que menos me satisfaz foi a indulgência que me dispensou”.

Lessing havia falecido em 1781 e Leiste adoecera. Na nova edição preparada por Murr, os adendos e as correções de Eckart (1785) levaram o título “Zusätze zu Pedro Cudena’s Beschreibung der Länder von Brasilien, und zu Herrn Rectors Christian Leiste Anmerkungen im sechsten Lessingischen Beytrage zur Geschichte und Litteratur, aus den Schätzen der Herzoglichen Bibliothek zu Wolfenbüttel” (“Aditamentos à descrição das terras do Brasil de Pedro Cudena e às notas do senhor reitor Christian Leiste na Sexta Contribuição de Lessing para a História e a Literatura, dos tesouros da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel”). Conforme assinalado acima, os Aditamentos constituem a parte final (p. 459-596) da

² O exemplar consultado é o da Biblioteca Mário de Andrade, de São Paulo.

³ Foi reeditado por Julius Platzmann como “Anselmi Eckarti specimen linguae brasilicae vulgaris” (Lipsia: Teubner, 1890, 19 p.) (Leite, 1949, p. 204-207).

obra maior de Murr (1785), “Reisen einiger Missionarien der Gesellschaft Jesu in Amerika” (“Viagens de alguns missionários da Companhia de Jesus na América”), editada em Nuremberg, em 1785⁴, cujas primeiras 450 páginas contêm as memórias do jesuíta Francisco Xavier Veigl, da província peruana de Maynas. Em 1798, o livro foi reeditado com a mesma paginação e na mesma cidade, mas com o autor e o título da obra principal: Franz Xavier Veigl, “Gründliche Nachrichten über die Verfassung der Landschaft von Maynas in Süd-Amerika bis zum Jahre 1768” (“Notícias detalhadas sobre a constituição da província de Maynas, na América do Sul, até o ano de 1768”, 614 p.).

NOTAS

Ao avaliar a importância dos “Aditamentos” de Eckart para o conhecimento da sociedade colonial da Amazônia e dos contingentes indígenas a ela mais ou menos integrados, não se deve perder de vista a natureza circunstancial e sem estrutura própria da sua obra, feita de adendos e correções pontuais a texto de outro autor. Esta é a razão, sem dúvida, de ter sido completamente ignorada nos estudos antigos e modernos sobre a vida na Amazônia do século XVIII. E isto não obstante as fontes daquele período, exceção feita à grande obra enciclopédica de João Daniel (2004), se resumissem, na prática, aos roteiros essencialmente geográficos de La Condamine (1743) (La Condamine, 1944), José Gonçalves da Fonseca (1749) (Fonseca, 1874) e José Monteiro de Noronha (1768) (Noronha, 2006), além da “História da Companhia de Jesus” de José de Morais (1759) (Morais, 1860), da correspondência do governador Mendonça Furtado (1751-1759) (Mendonça, 1963), das “Viagens e visitas” do bispo de Belém, João de São José Queirós (1761-1763) (Queirós, 1961), e dos textos de Giovanni Angelo Brunelli, publicados em 1767 e 1791 (Papavero *et al.*, 2010). José de Morais e Mendonça Furtado são fundamentais, respectivamente, para a história

missionária e administrativa. Cada um à sua maneira, como não podia deixar de ser, faz um relato rico, mas protocolar, do seu assunto. O bispo Queirós, por outro lado, espírito independente e irreverente, crítico mordaz tanto dos jesuítas como do governo, fez de suas visitas pastorais a ocasião para inúmeras observações genuínas, embora geralmente superficiais, da vida urbana e rural do Pará. É a elas que, de certa forma, se assemelham, pela incidentalidade e até pela ironia, os comentários de Eckart.

Preso à incumbência de anotar e corrigir uma pretensa e precaríssima descrição do Brasil, Eckart teve que escrever sobre quase tudo, inclusive sobre aquilo que mal conhecia, no que dá prova de honestidade e modéstia quando diz – “Não lembro”, “Isto eu não vi”, “Não cheguei até lá” ou “Pelo menos no meu tempo...”. Não esqueçamos que estava falando de um país longínquo e estranho, onde havia estado muito tempo antes e que, em seus poucos anos de Brasil, ele conhecera poucos lugares da Amazônia: em São Luís e Belém parece ter estado só de passagem, permanecendo a maior parte do tempo nas casas e missões de Maracu, Pirauiri, Trocano e Caetés. É sobre o modo de vida nos aldeamentos missionários, seu equipamento material, a moradia, a pesca, o plantio e o preparo dos alimentos, as crenças, funerais e bebedeiras dos índios que Eckart fala com segurança, assim como de algumas antigas tradições. Os Ariquenas descidos para a aldeia de Trocano tinham uma ‘estirpe de caciques’ e em Caetés, uma *cunhã moacara* (mulher nobre ou matrona), viúva de um cacique, não voltava a casar por não haver ninguém da sua dignidade. Do despovoamento em processo, ele traz evidências: os mil homens adultos da missão de Abacaxis já estavam reduzidos, em seu tempo, a menos da metade, e no livro de óbitos de Pirauiri leu que o sarampo de 1747 ou 1748 levava, só de crianças, mais de duzentas. Atento aos idiomas, observa que nos aldeamentos, onde geralmente são reunidas diferentes etnias, os índios se dirigem ao padre na língua geral, mas em suas casas falam cada um a sua língua. Ele deplora os maus tratos e a exploração a que

⁴ O exemplar consultado e aqui em parte traduzido é o da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

estão sujeitos, mas não esconde o desprezo por aquilo que vê como indolência, falta de compostura e abjetas deformações do corpo e da fala, que os fazem parecer irracionais. Mais concretamente, constatada a venal irresponsabilidade dos chefes de aldeias que vendem seus súditos por uma garrafa de aguardente, ele aprova a instrução contida nas ordens do governador a eles destinadas, de que sejam antes mostradas aos padres das missões para que haja maior segurança de que sejam cumpridas

Há mais do que isto. Em relação aos colonos, numa postura que dificilmente seria compartilhada por outros jesuítas do Pará, Eckart chega a ser solidário com os comerciantes de Belém que, escorchados pelos 'muitos impostos' e pelo monopólio da Companhia de Comércio e proibidos, pela reforma pombalina, de ter servos índios, são obrigados a empenhar "jóias, ouro e baixelas para poder comprar os africanos" (Eckart, 1785, p. 501). Não bastasse, ele endossa a pérfida tese dos resgates:

A miséria aumentou e a situação dos índios ficou ainda pior: (...) haviam sido salvos da morte pelo resgate pago pelos portugueses, e [agora] alforriados (...) foram tomados pelos Tapuias que ainda guerreiam entre si em suas paragens selvagens e guardados para a sua conhecida antropofagia (Eckart, 1785, p. 501).

Se em relação ao Estado, sempre na pessoa de Pombal, ele não poupa a crítica mais severa, comparando a boa gestão missionária aos fracassos do Diretório de que, na prisão e fora dela, teve notícias, em relação ao governador Mendonça Furtado a sua atitude é mais amena e geralmente pautada pela ironia. De um lado, critica a "suntuosidade dispendiosa" das suas viagens e do pretensioso "palácio" de Barcelos, alagadiça capital sempre à espera de plenipotenciários espanhóis que não chegavam. De outro, registra aspectos interessantes da personalidade do governador, que de público exigia respeito à dignidade dos índios, mas que numa ocasião lhe confidenciou que "não se importaria que todos [os índios] se extinguíssem e que essas paragens fossem povoadas

em parte com portugueses e em parte com mestiços e mulatos, florescendo então como as colônias inglesas" (Eckart, 1785, p. 570).

A parte inicial dos "Aditamentos" trata superficialmente da organização das missões e de episódios e incidentes ligados à política pombalina; pouco ou nada acrescenta à historiografia acima referida. Segue-se uma relação dos produtos da terra: um modesto inventário de trinta espécies vegetais e setenta animais. Nada que se compare ao tratado de João Daniel (Porro, 2006), mas que não deixa de ter interesse; diversos tópicos são bem desenvolvidos e enriquecidos com suas experiências e opiniões pessoais, não raro também gastronômicas. Dado o espaço limitado desta comunicação, optamos então por selecionar, na valiosa tradução inédita gentilmente cedida pela Dra. Thekla Hartmann, as páginas mais originais e de maior valor documental de Eckart: as que tratam do modo de vida, das instituições e crenças dos índios aldeados ou que mantinham contato com as missões e núcleos coloniais, e de como eles eram vistos e tratados pelos colonos.

Fazer, de uma sequência de verbetes e notas corretivas de frases e conceitos da obra criticada, um texto unitário e corrido que não traísse a ideia do autor (ou aquela que podemos entender como tal), demandou certo grau de liberdade, de resto admissível numa obra não literária. Optou-se por suprimir a citação das frases ou argumentações originais (de Leiste), uma vez que, na grande maioria dos verbetes, os comentários de Eckart já começavam repetindo ou articulando-se com o argumento ou informação que visavam corrigir ou completar. Quando isso não foi possível, no início de cada parágrafo (que em geral corresponde a um verbete), foram inseridas, entre colchetes, algumas palavras que remetem ao assunto nele tratado. Alguns subtítulos, inexistentes no original, foram inseridos.

A grafia dos termos e nomes indígenas apresentou maior dificuldade. Apesar do interesse por assuntos linguísticos, como mostram as suas frequentes incursões na etimologia, o alemão Eckart passou somente quatro anos e meio no Brasil e devia ter alguma dificuldade com

a própria pronúncia do português. A sua grafia dos termos indígenas era a que podia fazer sentido para um alemão do século XVIII e provavelmente se ressentia dos quase trinta anos de ausência da Amazônia. Ela foi mantida, sublinhada e, quando necessário ou possível, seguida, em itálico, daquela que hoje seria mais usual. Para se referir aos indígenas, Eckart, como outros autores da época, usava habitualmente os termos 'americanos' ou 'brasileiros'; para evitar mal-entendidos, na tradução os substituímos por 'índios', termo que ele, ocasionalmente, também utilizava.



AS PÁGINAS ETNOGRÁFICAS DOS “ADITAMENTOS À DESCRIÇÃO DAS TERRAS DO BRASIL”⁵

A ALDEIA DE TROCANO E A NAVEGAÇÃO DO RIO MADEIRA

Para melhor visualizar as sedes da missão jesuítica do Maranhão e Pará eu pretendia anexar aqui um mapa manuscrito que estava em meu poder quando na América. O Pe. João Nepomuceno Szluka havia-me feito a cortesia de prepará-lo em 1753, na nossa quinta de Maracu, a umas três meias jornadas [de São Luís] do Maranhão, quando após a nossa chegada às terras da América descansávamos um pouco da penosa viagem marítima⁶. No meu parco entendimento, o mapa era bastante preciso e conforme as mais recentes observações. Em 1754, estando na missão de Abacaxis, no rio Madeira, eu havia feito uma cópia do mapa que, acompanhada de uma carta pormenorizada, mandei para a Alemanha. Não sei que rumo tomou. Justamente naquela época, o astrônomo real Pe. Inácio Szentmartonyi passava alguns dias na dita missão, medindo a altitude do pólo, que se não me engano alcançava quatro graus⁷. Não duvido que o Pe. Szluka tenha mandado à sua província, a austríaca, uma ou mais cartas, além do seu mapa original, que talvez tenham sido incluídas no novo 'Weltbote' do Pe. Joseph Stoklein S. I., depois continuado pelos padres Probst e Keller.

Deve ser lembrado, todavia, que todas as missões, tanto dos jesuítas como das demais ordens (carmelitas, mercedários e capuchinhos), sofreram mudanças de nome ordenadas pelo novo governo [pombalino]. A primeira missão jesuítica a mudar de nome foi Trocano, que em 1º de janeiro de 1756 passou a se chamar Borba-a-nova.

(...)

Durante a [minha] breve permanência em Trocano, os Muras atacaram alguns índios da missão jesuítica de Araticu [já Bocas e depois Oeiras, na baía de Marajó] que lá vinham colher cacau, ferindo alguns e matando outros. Esta e muitas outras correrias e assassinatos levaram o governador Mendonça Furtado, depois da [minha] partida de Trocano, a declarar guerra aos Muras. Contra eles, foram enviados portugueses e índios, dando-se sangrentas escaramuças. Um principal de Trocano, da nação Baré, pagou com a vida esse encontro e foi muito lamentado. Em Trocano havia quatro nações dominantes: Baré, Pama, Torá e Ariquena. Estes últimos distinguem-se dos demais por suas longas orelhas, daí serem chamados Orelhudos pelos portugueses. Parece que desde os primeiros anos começavam a distender suas orelhas à força e também com pingentes auriculares pesados, feitos de pedra, de modo a ficarem tão compridas, o que

⁵ Tradução de Thekla Hartmann. Preparação do texto e notas de Antonio Porro.

⁶ O Pe. Szluka, originário da Boêmia ou da Hungria, chegara a São Luís do Maranhão procedente de Lisboa, em companhia de Eckart e de outros quatro padres e onze irmãos leigos, em julho de 1753. A casa jesuítica de Maracu situava-se junto ao lago e rio homônimos, na região da atual Viana, no baixo rio Pindaré.

⁷ O Pe. Szentmartonyi (também grafado Samartoni), jesuíta húngaro, matemático e astrônomo real, integrava a comissão técnica incumbida em 1753 dos levantamentos hidrográficos e topográficos para a definição das fronteiras luso-espanholas no alto Amazonas.



não lhes conferia nenhuma beleza. Certa vez, um Ariquena contou-me que, embora não sendo da estirpe de caciques, mas casado com a filha de um cacique, tendo sido por essa razão e por suas boas qualidades nomeado principal com a permissão de usar o bastão condizente ao posto, Mendonça o pegou pelas orelhas dizendo que as grandes orelhas não eram obstáculo para dirigir o seu povo.

(...)

Em Trocano, e depois em Borba, não houve, até 13 de junho de 1756, nenhum forte, pequeno ou grande. A um tiro de distância da missão havia uma elevação junto à margem do rio (certa vez escalei-a com muito esforço) onde havia um abrigo para um tenente e meia dúzia de soldados. Era a sentinela que perguntava, aos barcos que passavam, de onde vinham e para onde iam. Esse lugar elevado fora escolhido devido aos garimpeiros de Mato Grosso: se alguém chegava dessas minas era levado ao governador, escoltado por dois soldados, e tinha que justificar o que devia ao rei conforme o contrato firmado dessas minas de ouro. Para maior segurança, esses mineiros carregam o pó de ouro em cintos de couro enrolados na cintura.

No meu velho mapa já mencionado [e extraviado], todas as residências, missões, rios maiores e menores estavam claramente desenhados. À minha época, a região junto ao rio Madeira era pouco povoada. Chegando-se do Pará ao mencionado rio e tomando-se o rumo de Mato Grosso, encontrava-se à esquerda, sobre uma pequena elevação, a missão de Abacaxis, também chamada de Santa Cruz. À distância de uma légua dessa aldeia e na mesma margem do rio, ficava a morada de um rico mineiro chamado João de Souza, que tinha nessa região as suas propriedades, além de muitos escravos africanos. Seguiu-se, sempre na mesma margem esquerda, a pequena guarnição já mencionada e finalmente chegava-se a Trocano, que tinha também o nome de missão de Santo Antônio, que [sua predecessora] recebera quando fundada em 1725 pelo Pe. João de Sampaio S. I. nas cachoeiras frequentadas pelos Muras⁸. Um caminho perigoso, devido às pedras e cachoeiras, que todos os barcos que se dirigiam a Mato Grosso tinham de vencer. Em certos lugares, tal caminho é tão estreito que um barco apenas mais largo que o comum não passa. Por essa razão, os mineiros mandam fabricar um tipo especial de embarcação, tão longa e estreita que um caixote um pouco maior tinha que ser embarcado no sentido do comprimento. Tais barcos são chamados ubaá pelos índios. Quando, em 1755, eu administrava a missão de Trocano, ali chegou, vindo de Portugal e com destino a Mato Grosso, o juiz de fora com dois amigos que se hospedaram na casa da missão. Este ministro e juiz fez-me o favor de levar um caixote endereçado a um padre em Mato Grosso, mas por ser ele um tanto largo pediu-me que dividisse o conteúdo em duas caixas menores. O caixote continha uma rede de pesca feita na vila de Vígia, no Pará, de alto preço porque lá todos costumam pegar peixes com a vara, mas também observei que os índios pescavam com flechas e quando acertavam o peixe nadavam atrás dele e tiravam da água a flecha com o peixe. Mendonça Furtado também dispunha no rio Negro de pescadores europeus que se utilizavam da rede comum.

Na aldeia de Trocano, os mineiros costumavam se reunir e viajavam juntos para se protegerem dos Muras que por ali vagavam. No meu tempo, muitas ubás com suas bandeiras iniciaram essa penosa e perigosa viagem, durante a qual em diversos lugares aparecem tantos escolhos que as mercadorias precisam ser tiradas dos barcos e transportadas por um trecho de terra pelos índios. O juiz de fora me mostrou uma grande rede de dormir, uma cama comum – hamaca nesta parte da América⁹, lindamente trançada de juncos de diversas cores e figuras. Era um presente que o

⁸ O Pe. Sampaio criara no Madeira, desde 1712, sucessivos estabelecimentos amiúde atacados pelos Muras.

⁹ Hispânico originário do taino caribenho, que indica a rede de dormir, mas cuja forma portuguesa 'maca' perdeu este sentido.

governador Mendonça oferecera ao juiz quando este se apresentara em Mariuá [Barcelos]. Parece-me que a razão de Trocano, entre as missões jesuítas, ter sido elevada à vila, foi que os mineiros a caminho de Mato Grosso tivessem um lugar bem povoado para aprovisionar-se do necessário para a viagem.

Na outra margem do rio, morava outro mineiro, que possuía algumas pecinhas de artilharia que ele disparava em certas ocasiões e festas pacíficas. E ninguém o acusou, como fizeram os inimigos dos jesuítas aos padres Meisterburg e Eckart, de possuir tais armas para radicar-se na região e enfrentar as tropas do governador Mendonça Furtado, vindo de Mariuá. A uma distância um pouco maior, ainda morava outra família de portugueses. Rio Madeira abaixo, onde sai o caminho para o rio Negro, os padres mercedários possuíam duas missões particularmente famosas pela madeira que cresce nessas bandas, considerada de todas a melhor e mais preciosa. É muito pesada, como em geral a madeira brasileira, e na língua do país é chamada *ibirapinima*, ou seja, madeira malhada, manchada e de várias cores, pois além do preto e do vermelho nela também transparece o amarelo (por esta razão, os índios usam esta palavra ao dizer que têm manchas no rosto ou sardas, *xepinim*, e quando são muitas, *xepinipinim*). Esta madeira é muito rara e é comprada a altos preços para cadeiras e poltronas.

O BAIXO AMAZONAS

Em 1753, alguns dias antes do Natal, cheguei ao rio Xingu para aprender a língua com o missionário de Piraiuri [depois Pombal]. Passados alguns dias, visitei o padre da missão de Aricará [depois Souse], que por ocasião da minha partida me presenteou com uma rede grande, forte e de cor púrpura que ainda hoje possuo. Ela não é perfurada como as de uso comum dos índios, mas tecida de modo denso tal como um tapete resistente e nenhum inseto, nem mesmo o mosquito que infesta a maioria dos lugares desta América meridional, pode picar através dela. Esta peça de algodão densamente tecido é chamada *tapurana*, e da mesma maneira as mulheres índias fazem esteiras para se acomodar nas embarcações e as cobertas para os catres.

Junto ao rio Xingu, os jesuítas tinham três missões. A primeira, vindo [de Belém] do Pará, ficava à esquerda; chamava-se Itacuruçá [depois Veiros], ou seja, Cruz de Pedra. Como se sabe, a palavra *cruçá* foi emprestada dos portugueses [cruz] e assim como em todas as palavras que entram na sua língua, os índios passam a acentuar a última sílaba. Por exemplo: *camisa/camixá*; *sapato/sapatú*. A outra missão, na mesma margem, era Piraiuri, situada a umas duas horas da primeira. Este lugar é muito populoso; no livro de óbitos registraram-se, apenas de crianças, mais de duzentas que morreram num ano, 1747 ou 1748, da doença contagiosa, mortal nessas regiões, que os portugueses chamam sarampo. A terceira missão, Aricará, ficava na outra margem do rio Xingu. Os maiores rios do Brasil, entre eles o Xingu, podem ser comparados a pequenos mares; para ir de Piraiuri a Aricará, na outra margem, gastam-se bem umas três horas. Deve-se também cuidar de ir numa hora em que não há perigo de tempestades; vai-se na parte da manhã, pois à tarde ocorrem frequentemente temporais. Rio acima de Aricará, o Pe. Roque Hundertpfundt, nascido em Bregenz, na província da Alta Alemanha [hoje Áustria], havia iniciado uma nova missão entre os índios que nesta região ainda vivem nas matas. Mas ela durou pouco tempo, pois alguns, a quem a vida selvagem agradava mais, incitavam os outros a matar o padre e os índios que ele trouxera de outra missão. Estes preveniram o Pe. Hundertpfundt a tempo e o levaram à noite, num barquinho, para lugar seguro. No dia seguinte, os selvagens rebeldes atearam fogo ao local e voltaram a se esconder nas matas.

Na região desses selvagens, cresce muito cravo, assim chamado pelos portugueses; pelos índios é chamado *ybrákyynha* e, pelos alemães, canela americana, com a qual se parece porque também é feita da casca da árvore, mas

não tem sabor de canela. Em Portugal, usam-no como especiaria e ouvi dizer que outras nações usam essa casca para tingir. Apesar de o rio Xingu ser chamado rio da Fome, nele pesca-se peixes muito bons, entre eles também o grande pirarucu, cuja língua atinge quase um palmo e é usada como ralador, com o qual se parece. Entre as iguarias mais saborosas daqui, há a tartaruga, de uns dois palmos de comprimento e [cuja carne] se assemelha à de frango ou à mais tenra carne de vitela. Com ela preparam-se quatro iguarias diferentes. Abaixo de Itacuruçá também os capuchinhos tiveram duas missões e nas suas vizinhanças acha-se a vila portuguesa de Boa Vista.

(...)

A três ou quatro meias jornadas da cidade [de Belém] do Pará, viajando em direção ao rio Tocantins, os jesuítas tinham três missões. A primeira, que não vi por estar fora do caminho, chamava-se Araticu [já Bocas, depois Oeiras]. A umas cinco ou seis horas dali chegava-se a uma grande baía, tendo a missão de Aricará [depois Portel] no lado esquerdo; dali, hora e meia acima, encontrava-se a aldeia de Guaricuru [já Nheengaibas, depois Melgaço], com a casa da missão muito bem construída, a moradia e a sacada no meio e de um lado a igreja, com torres de ambos os lados. Observe-se aqui que todas as missões dos jesuítas eram também chamadas residências, denominação que elas, na verdade, não mereciam, pois numa residência deveria haver pelo menos quatro pessoas. Nas missões, por outro lado, havia em geral apenas uma pessoa, em algumas duas e numa ou noutra três pessoas. Que as missões também fossem chamadas residências deve-se à província, que em vista de só existirem dois colégios decidiu que o número diminuto seria compensado por várias residências.

No Pará, na região de grandes criações de gado [da ilha de Marajó] chamadas pelos portugueses de currais, os jesuítas tinham uma propriedade rural chamada Curral de Arari. Nessa área de criação, o gado vive solto, mas marcado, pois se uma cabeça se afasta do distrito do seu dono, pode-se reconhecer por esse sinal a quem ela pertence. Querendo-se abater um boi, posto que todos são bravos, um ou dois homens a cavalo o perseguem até conseguir lançar-lhe uma corda nos chifres.

(...)

[Ao contrário do que La Condamine viu no alto Solimões], ainda na minha época, nas missões dos jesuítas, a maioria das igrejas e casas dos padres era coberta de folhas de pindova. Apenas em dois lugares, Guaricuru e Aricará [no baixo Amazonas], eram cobertas com telhas. As folhas de pindova são estreitas e muito compridas e crescem para cima em linha reta, recobrando a cana. Para servir à cobertura das casas, as folhas são soltas e estiradas de ambos os lados, de modo a parecerem pequenas lanças. Numa cana há poucas folhas, apenas cinco ou seis de um lado e bem afastadas uma da outra, de modo que o espaço entre elas é de um palmo e meio. Por esta razão, é preciso colocar muitas canas uma em cima da outra para que as folhas cubram a casa; elas são inicialmente verdes, tomando depois a cor clara. Quando estive na missão de Abacaxis, a casa da missão foi coberta em um dia, nela trabalhando de 50 a 60 índios. Paredes de pedra são coisa rara nas aldeias; nas missões dos jesuítas, apenas a casa do padre em Caeté era feita com pedras. Em [Belém do] Pará, as pedras para as igrejas são trazidas, em parte trabalhadas, de Portugal, a altos custos.

Os índios do Pará, homens e mulheres, vestem camisas de pano nos dias de festa; usam também panos listrados. As índias de mais posses vestem saiotos de meia seda; enfeitam a cabeça à moda portuguesa com lindas fitas, além de brincos, colares e pequenos braceletes. Tinham baús, mas no meu tempo havia poucas chaves nas casas, pois muitas nem tinham portas de madeira. Nas missões de Abacaxis e Trocano, no rio Madeira, as casas dos índios são feitas de maneira especial: usa-se apenas madeira e pindova, e com esta não apenas se fazem os telhados, mas também se formam as paredes, janelas e portas. Tratando-se de casas maiores, com vários cômodos grandes e pequenos, o

resultado é bastante bom e agradável. Os esteios das casas servem para armar as redes em que dormem. As casas têm, em geral, duas portas, assim quando chega alguém que não lhes é agradável, escapam furtivamente pela porta dos fundos. Na região do Pará, agulhas, pequenos espelhos, facas, tesouras e pentes, vindos da Europa, servem de pagamento aos índios quando são mandados a colher cacau e cravo. Cada índio recebe tantas varas de tecido de algodão, tanto de pano, tanto de tecido listrado, um chapéu, umas tantas agulhas de costura, um barrete, um espelho, uma faca, um prato de sal. Antes de saírem, os homens entregam tudo às suas mulheres, que têm grande apreço principalmente pelo que vem de Lisboa.

No ano de 1753, os barcos comerciais saídos do porto de Lisboa dirigiram-se todos, pela última vez, a [São Luís do] Maranhão, e depois de terem exposto suas mercadorias durante dois meses nessa cidade, foram ao Pará. Depois disso foi mudado, de modo que alguns navios passaram a dirigir-se exclusivamente ao Maranhão e outros apenas ao Pará. Com a Companhia pombalina do Maranhão e Grão-Pará¹⁰, a boa situação dos comerciantes do Pará piorou muito, porque foram obrigados a comprar as mercadorias europeias aos preços estabelecidos pela nova companhia. A miséria então aumentou e a situação dos índios ficou ainda pior, pois um decreto real tirou [dos brancos] todos os servos índios que anos antes haviam comprado com autorização da corte portuguesa e que lhes davam os meios para pagar os muitos impostos ao rei. Esses escravos foram tomados pelos Tapuias, que ainda guerreiam entre si em suas paragens selvagens, amarrados com cordas e guardados para a sua conhecida antropofagia. Como esses índios prisioneiros haviam sido salvos da morte pelo resgate pago pelos portugueses e alforriados, mandaram-se escravos africanos de Angola para o Pará, onde os portugueses tiveram que comprá-los para o trabalho em suas lavouras, ao preço ditado pela companhia pombalina. A maioria não tinha o dinheiro e empenhou suas mercadorias, joias, ouro e baixelas de prata para poder comprar os africanos¹¹.

Da nação dos Manaos havia alguns na aldeia de Abacaxis, no rio Madeira. Esta missão já havia sido muito populosa, pois contava com mil arcos, como dizem os portugueses, ou seja, mil índios capazes de enfrentar seus inimigos com arco e flecha. No meu tempo, tais homens de guerra já estavam reduzidos a menos da metade. Não cheguei até o forte do rio Negro. Vi Pauxis [depois Óbidos] duas vezes, à distância, quando fui ao rio Madeira e, de lá, novamente ao Pará. Pauxis é a única serra que encontrei em minhas viagens, pois o mais são matas, campos cultivados ou pradarias pantanosas. Fiquei algum tempo em Tapajós, onde o rio local deu nome ao forte, à vila portuguesa e à antiga missão dos jesuítas. No forte de Corupá [Gurupá], entre os rios Tocantins e Xingu, há também uma localidade dos portugueses com um padre secular. Ali os capuchinhos também têm uma residência, a que chamam 'um hospício'.

(...)

Na língua do Brasil, una quer dizer preto; por isso os índios chamam os africanos de tapuiuna, ou seja, tapuias pretos. E chamavam os jesuítas de pai-una, padres pretos. Os carmelitas eram chamados de pai-carmo, os mercedários de pai-merci; os capuchinhos de pai-tucura, em português gafanhoto, dada a semelhança da cabeça calva e do barrete pontudo. No rio Xingu, havia uma nação Juruna, ou seja, boca preta, de jurú, boca, e una, preta, porque todos os dessa nação, desde os primeiros anos, tinham essa tinta pintada ao redor da boca, que não saía sequer lavando. Nesse mesmo rio, na antiga missão Pirauri, havia um povo de nome Coriberé, que em termos de alvura sobrepujava muitos

¹⁰ Na verdade, com as reformas de Pombal e a prioridade dada ou prevista para Belém, o Estado do Maranhão e Grão-Pará passou a se chamar, assim como a Companhia, 'do Grão-Pará e Maranhão'.

¹¹ Nesta análise da situação econômica e social do Pará, a compreensível aversão do autor à pessoa e à política de Pombal o leva a se solidarizar com os fazendeiros e comerciantes de Belém, atitude pouco comum entre os jesuítas do Pará.

européus. Era de admirar, pois a cor natural desses índios é avermelhada, um tanto queimada, em parte devido ao calor do sol e em parte devido aos banhos frequentes. Todos os índios vão pelo menos três vezes por dia ao rio para refrescar-se: primeiro de manhã, antes do nascer do sol e logo que levantam; novamente após o almoço e à noite, quando vão dormir. Como se sabe, o sol nasce o ano todo às seis horas e se põe às seis. Descontando alguns minutos, dia e noite são sempre iguais. Não faltam nesse país lugares para estabelecer lavouras; tanto europeus como índios têm amplas roças, principalmente para a sua mandioca. Depois que uma roça produziu esse pão americano durante certo número de anos, eles a deixam descansar durante alguns anos e abrem uma nova roça.

O GOVERNO DOS ÍNDIOS

É, na verdade, admirável a quantidade de línguas que foram encontradas e que não têm nada em comum uma com outra. No século passado, o glorioso e eloquente missionário português Pe. Antonio Vieira encontrou mais de setenta línguas diferentes, às quais as antigas missões do rio Amazonas deveram em parte a sua origem e em parte o seu crescimento e progresso. Às vezes, um povo está a apenas três ou quatro dias de distância de outro e já fala uma língua completamente diferente. Quando eu estava na missão de Abacaxis, compilei com grande esforço um pequeno catecismo ou instrução na língua das nações Ariquena e Baré, para poder batizar pessoas doentes e muito idosas que, em vista da sua idade, já não eram capazes de aprender a língua geral. Aquele livrinho e diversos outros escritos me foram tirados em 1759 na fortaleza portuguesa de Almeida. Como as missões paraenses eram sempre constituídas de diferentes populações, mesmo os índios lá nascidos falavam com o padre na língua geral brasileira, mas em suas casas cada nação falava sua própria língua. Na importante tribo dos Tupinambás, ainda se fala a língua brasílica original, que no meu tempo também era falada pelos índios em Caeté, nas missões do Maranhão e, mais ainda, no Brasil propriamente dito¹².

(...)

Ainda em meu tempo, quando chegava alguma ordem do governador Mendonça Furtado, ela era transmitida aos principais e aos mais importantes das aldeias, acrescentando-se, porém, que fosse mostrada ao seu padre missionário, e isso pela única razão que os portugueses achavam que os índios eram incapazes de executá-la sozinhos. De fato, muitos daqueles principais teriam dado, por uma garrafa de aguardente, seus subordinados aos europeus para que os servissem, não apenas por um ou outro mês, mas por anos. Eles até os entregariam por um preço muito baixo como servos permanentes. Nisso consistia toda a jurisdição em *temporalibus* que os missionários tinham nas aldeias e que na Europa levantou tanto clamor, quando os padres, como recompensa por seus constantes trabalhos, só tiveram aborrecimentos e dificuldades. Quando alguns dos índios convocados para o serviço do rei fugiam, a culpa não era atribuída aos principais das missões, mas ao padre, como se ele os tivesse induzido a fugir do lugar onde deviam trabalhar, e ele tinha de mandar procurá-los e fornecer outros em seu lugar. Essa forma de governo terminou em 1756 na mal afamada aldeia de Trocano, depois chamada Borba-a-nova, e no ano seguinte em todas as outras que se encontravam sob os cuidados dos religiosos das missões.

(...)

Os índios detestam o trabalho, e mais ainda quando são obrigados a trabalhar para outros que não são da sua nação. Na nova forma de governo introduzida em 1757, os índios receberam alguns privilégios e foram igualados aos

¹² As capitânicas portuguesas do nordeste e centro-sul constituíam o Estado do Brasil, que, assim como o Estado do Grão-Pará e Maranhão, se reportava à metrópole sem mediações administrativas.

portugueses; mas, como antes, tinham que trabalhar para os portugueses, os quais, ao chegarem àquelas paragens, vindos do reino, tomavam ares de grandes senhores. Os índios foram sobrecarregados com mais serviços do que no tempo das missões. É esta, sem dúvida, a verdadeira causa de tantas vilas terem ficado ermas e destruídas.

OS COSTUMES DOS ÍNDIOS

Foi dito que, como os Caraíba, os índios brasileiros andam inteiramente nus, embora muitas vezes eles cobrem com folhas, penas ou outra coisa o que é necessário cobrir. Mas se por Caraíba se entende um português, ele anda vestido. A palavra Caraíba, com que esses índios designam os portugueses, vem de amongaraib, que significa 'eu inauguro' ['eu consagro?']. Talvez os índios deem aos portugueses esse nome por serem por eles abençoados, consagrados e promovidos na crença cristã¹³. É também verdade que o traje dos caraíbas, ou brancos, como também são chamados, é diminuto e adaptado ao clima quente. Dentro de casa, ele consiste de uma camisa e calças que vão até os pés, servindo também de meias. Alguns andam descalços; outros só calçam chinelos. Quando está mais bem vestido em casa, o caraíba usa uma camiseta de tecido listrado. Em viagem, ele leva um roupão junto com o terçado e o chapéu; e nesses trajes também costumavam vir à missão quando precisavam de braços para o trabalho ou quando queriam comprar farinha de pau. Nessas terras, quando um português enverga uma roupa de damasco ou veludo, está servido para o resto da vida, pois esses trajes eles só usam três vezes ao ano: Natal, Páscoa e Pentecostes, ocasiões em que também são vistos na cidade. No mais, eles costumam ficar em suas roças.

Observei, entre os índios, que quando morre algum amigo costumam cortar os cabelos em sinal de pesar. Pintam o corpo, principalmente, com a tinta preta da fruta jenipaba [jenipapo], que no Brasil também é chamada nhanipaba [nhandipapo]. O sumo dessa fruta penetra tão profundamente na pele que, ao desejar removê-lo, tem que se lavar todo dia, durante quinze dias. Mas a belíssima tinta vermelha chamada urucú é removida facilmente. Nas missões, quando fazem suas festas com danças, usam pequenos aventais de penas, das quais pendem diversas bolas que, ao se chocarem durante a dança, fazem grande ruído.

Os homens fazem um furo no lábio inferior para nele introduzir uma pedra verde. Outros também usam uma pedra branca, como mármore, provida na parte superior de duas barbelas para que fique presa mais firmemente no beijo. Mais horrível nos parece uma nação próxima [a São Luís] do Maranhão, a que os portugueses deram o nome de Gamela, devido a uma pequena tigela de madeira pintada que eles colocam na boca [ficando esta] totalmente distendida: os lábios inferiores tornam-se tão moles e puxados para baixo que, quando tiram essa gamela, ficam de tal modo pendentes que eles não podem comer ou beber sem recolocá-la. Em 1753, vi, no pátio do nosso colégio daquela cidade, um índio deformado dessa maneira dançar com seu arco e flecha; o seu canto mais parecia voz de um animal selvagem do que a de um ser racional. Os índios do Pará usam com frequência uma pedra verde ao pescoço ou no braço; os portugueses a chamam pedra nefrítica e, usada naquelas partes do corpo, dizem ser um remédio contra a síncope¹⁴. Contaram-me que os franceses, ao conquistar regiões do Brasil, valorizavam e pagavam tal pedra a peso de ouro. Além dessas pedras verdes, é comum os índios pendurarem um ou outro dente de crocodilo. Em Trocano, por ocasião da morte de uma criança pequena, filha de um principal da estirpe Ariquena, o pai me trouxe quase todo um rosário desses adornos que

¹³ Aqui o autor parece confundir-se nas três acepções da palavra caraíba então existentes: a) "designação que os europeus do século XVI davam aos indígenas de vários grupos étnicos das Antilhas, da América Central e do extremo norte da América do Sul"; b) "coisa sagrada, feiticeiro, pajé"; c) "homem branco, cristão" (Cunha, 1978, p. 102).

¹⁴ A crença mais comum, atestada pelo próprio nome, referia-se às disfunções renais.

a criança trazia ao pescoço. Entre outras, havia também diversas peças daquilo que os portugueses chamam verônicas; ele disse que, depois da morte da menina, pretendia jogar esses enfeites no rio, mas que, pensando melhor, quis dá-los a mim caso me pudessem ser úteis.

Durante minhas viagens, observei que quando três ou quatro almoçam juntos não convidam outro que tenha menos comida; mas, se este se junta a eles, não dizem uma palavra e deixam-no partilhar daquilo que têm. Assim como podem aguentar a pior fome apertando o cinto durante três a quatro dias, passado este tempo [e podendo fazê-lo], três ou quatro esfomeados devoram um boi inteiro numa refeição. A propósito, os índios comem os peixes mais frescos e a melhor carne. Quando se animam a pescar ou caçar, preparam tudo com a maior agilidade; carregam sempre consigo acendedores de fogo, pela fricção de dois pequenos paus de madeira dura. Também carregam consigo sua farinha [de pau] com os temperos, que consistem em sal e pimenta.

Nas festas, eles dançam e cantam ao som do tambor; isto dura toda a noite e eles esquecem o sono. Um único deles toca o tambor e, sem parar, continua a sua música até o sol raiar. Um de seus cantos é o seguinte: xé rybyretá iporangeté guyrá juba cocé, ou seja, – Meus irmãos mais novos são mais bonitos que um pássaro amarelo. Estas palavras são repetidas continuamente, sempre na mesma cantilena. Archilochi melos canunt. Quando navegam à noite, costumam soprar em grandes trombetas. Também gostam de apitos e de berimbau de boca. E têm um instrumento muito grande e de som terrível; trata-se de um tronco muito grosso, escavado, com buracos em que se enfiam estacas e com isso toda a máquina é girada¹⁵. Esta era a música matinal cotidiana de um velho índio meio cego em Trocano, e esse instrumento de uivo lenhoso parece ser comum entre os Tapuias do mato. Também fazem festas itinerantes pela vizinhança: quando terminam uma casa, enfiam na cobertura da casa seguinte um grande galho frondoso para indicar que a próxima festa será ali.

Eu soube, de missionários que estiveram com índios selvagens nas matas, que lá eles também vivem em sociedade, têm suas casas, vivem de acordo com uma ordem e são subordinados ao mais destacado da sua nação. Um daqueles missionários me disse ter encontrado, numa localidade, uma casa muito grande em que as pessoas solteiras moram sozinhas, os homens separados das mulheres¹⁶. Mas tirá-los das matas é muito difícil e por isso alguns [brancos] riam por terem lido, nos decretos editados em 1757 relativos ao novo regimento das antigas missões, que, se os índios que ainda se encontravam nas matas soubessem como os índios já cultos ['civilizados'] eram mantidos, também deixariam sua vida selvagem e se esforçariam para gozar dos doces frutos da sociedade renovada. Na verdade, não só não chegaram às vilas novos Tapuias, como os que já estavam há muito tempo nelas começaram a fugir para se livrarem do trabalho pesado a que eram obrigados, mais do que antes, pelos patrões portugueses.

Os índios, como observei, ao se prepararem para viajar, costumam apoiar seus remos sobre os ombros e pendurar neles as suas redes. Na língua da terra, o nome comum dessa rede é kyçaba. Uma rede de pesca, que é coisa rara, é chamada pyçá [puçá]. O pano em que as mulheres carregam seus filhos também é confeccionado como uma pequena rede e se chama typoia. Por serem as noites aqui muito frias, eles mantêm o tempo todo um fogo perto da rede. Ao lado, deita-se o cachorro; às vezes, ele tem a sua rede especial. Os Tapuias do interior do Brasil propriamente dito¹⁷ fabricam uma cama em forma de grelha, de paus toscos, a cinco ou seis pés de altura;

¹⁵ Curiosamente, visto que o nome do instrumento era também o da aldeia que Eckart dirigiu, a explicação não faz sentido. Os recortes e furos do tronco, além de permitir o seu esvaziamento por queima e raspagem, destinavam-se a modular a ressonância durante a percussão. Mais que instrumento musical, o trocano servia para transmitir mensagens a grandes distâncias através de códigos rítmicos.

¹⁶ Era a 'casa dos homens', comum a muitas tribos da América do Sul.

¹⁷ Como já lembrado, o Estado do Brasil, constituído pelo nordeste e centro-sul do país.

forram-na com folhas e ali dormem tão bem como se estivessem sobre o mais macio dos edredons de penas. Alguns deitam-se numa areia profunda, enterram-se ali até o pescoço e dormem às maravilhas. A estes pertencem aqueles da região Tertoya [Tutóia], não longe [de São Luís] do Maranhão, em que também os jesuítas tinham antigamente uma residência. Ali, o solo de areia se estende por alguns dias [de caminhada], sendo muito penoso para os que viajam por lá. Conta-se de certo índio que costumava descansar dia e noite na areia, e que, ao se aproximar a morte e o missionário a lhe falar do céu, o moribundo perguntou se no céu também havia areia; ao que o padre respondeu que lá ele teria de tudo o que desejasse. E assim ele partiu deste mundo, satisfeito e consolado.

As panelas de barro para cozinhar eles as fazem muito bem e não lhes falta uma goma ou resina para pintá-las e dar-lhes brilho, resina a que chamam háycica. A palavra ycica é o termo geral para tais substâncias fluidas; e para distinguir uma goma de outra eles só precisam antepor [o nome d]a árvore da qual ela escorre; por exemplo, jutáycica, acajuyica, etc. O breu para calafetar barcos é cycátã. Outro tipo, mais duro e mais preto, chama-se iraitúna.

Eles costumam aproveitar as cabaças esvaziadas do conteúdo para armazenar água fresca, principalmente durante a viagem de Caeté ao Pará, por causa da água salgada. Os mastros dos barcos portugueses ficam cheios dessas cabaças penduradas, mas os índios usam, tanto para beber como para comer, a casca comum de um grande fruto redondo, de que me parece já ter falado em outro lugar. Este fruto, esvaziado e cortado ao meio, fornece dois recipientes; cada um é chamado cuia. Pintam-se por fora e por dentro com uma tinta preta misturada com a goma, de modo a ficar como que envernizada ou recoberta com charão. Outros tornam esses recipientes ainda mais bonitos: pintam neles muitas figuras de árvores, de pássaros e de outros animais. Os mais belos e com diferentes cores eram feitos na residência de Gurupatuba [depois Monte Alegre], que estava sob a supervisão dos padres capuchinhos¹⁸. Esta residência ficava tão afastada da margem, em que havia povoações contínuas, que alguns diziam, a título de gracejo, que era necessário tomar água antes, no riacho ao longo do caminho, para não morrer de sede até chegar lá. Na festa de São Pedro e São Paulo, de 1756, quando eu voltava da transtornada Trocano ao Pará, parei ali e rezei missa na igreja bem aprumada. Conforme o costume daquela ordem seráfica, havia uma pintura em tamanho natural de São Francisco de Assis e Santo Antônio na altura em que começa a nave da igreja. As casas desse lugar também eram de construção muito melhor das que estes índios costumam fazer. Na direção de Gurupatuba, vê-se à distância o forte de Pauxis. As mencionadas baixelas para beber e comer, as cuias, são [também] valorizadas, como eu vi, com prata e ouro incrustados, ao lado de belas figuras.

Não existindo, como se sabe, na mata, o ferro é muito valorizado. Os índios juntam todos os fragmentos de ferro e os guardam como um grande tesouro. Jovens e velhos sempre carregam facas na cintura. As próprias crianças dedicam-se a ajustar as facas, afiá-las e deixá-las bem pontudas.

Os índios são mestres em preparar diferentes tipos de vinhos de frutas e raízes. Há mais de cem anos, um português já escrevia em sua crônica que o próprio Baco, deus do vinho, parecia ter ensinado a esses povos como preparar bebidas inebriantes. O nome comum desses vinhos de frutas é mocororó. Certa vez, em Trocano, um índio lá empregado me mostrou o tamanho do recipiente em que esta bebida é guardada; ele tentou me convencer que a porção não era tão grande e que como muitos bebiam dela, não havia risco de muitos se embriagarem. Tanto os europeus como os índios espremem da mandioca uma boa aguardente. Em Abacaxis, onde o pão diário é assado em forma de um grande bolo, colocam-se sete a oito desses bolos sobrepostos numa vasilha larga, cobrindo-os com

¹⁸ As cuias decoradas do Pará tinham tanta procura entre colonos e moradores das cidades, que os capuchinhos ensinaram às índias de Gurupatuba motivos florais e outros, em estilo rococó, ao gosto europeu. Peças assim decoradas chegavam regularmente ao rio Negro, a Mato Grosso, ao Nordeste e eram exportadas para Portugal (Porro, 1996, p. 147-153).

muita água até que toda a massa começa a fermentar; depois, ela é colocada num alambique, assim ficando pronto o vinho destilado. Ao primeiro [a sair], logo que espremido, os portugueses chamam aguardente de cabeça, e os índios capi acanga. O último chama-se aguardente comum em português, e em índio cabi tatá.

Nos povoados menores, os mais ilustres entre eles são chamados tubixaba; os portugueses dizem-nos principais. Tratando-se, porém, do chefe de todo um grande povo, o título é morubixaba, que os índios também atribuem ao governador português. O rei [de Portugal] é chamado Morubixaba uçueté, ou seja, um soberano muito grande, ou o maior. Os que descendem de um cacique ou regente, não se casam com outros que não dessa estirpe. Em Caeté, havia uma jovem viúva de origem nobre, a quem chamam cunhã moacára, [ou seja,] mulher nobre ou matrona. Ao ser perguntada pelo padre por que não tomava outro marido, ela respondeu – nitiú abá, ou seja, não há nenhum homem, isto é, para mim que sou de uma estirpe de principais.

Na América portuguesa, os índios não tinham nenhum templo, nem ídolos, e por isso é fácil convertê-los para a fé cristã. Mas eles também parecem ter algo de uma religião. O Pe. Pedro Tedaldi, que com o Pe. Gabriel Malagrida ficou algum tempo entre tais Tapuias nas matas da região do Maranhão, contou-me ter notado que eles tinham, em seu bárbaro país, uma cova grande e profunda onde se reuniam ao amanhecer, dançavam em volta e pulavam com grande gritaria. É verdade que para os índios não há grande diferença entre as palavras Deus e trovão, mas existe alguma, pois para expressar a palavra Deus eles dizem Tupá, que na pronúncia portuguesa é Tupan; também acrescentam um a no final, dizendo Tupana. Para indicar o trovão, também usam duas palavras, dizendo Tupá ou Tupana-pororoca, que quer dizer estrondos ou ruídos de Deus. Esse termo pororoca os índios também o usam para indicar o assustador assalto da água que acontece no rio, entre [São Luís do] Maranhão e Maracu [no rio Pindaré] a certas horas do dia. Quando essas águas de terrível violência chegam, todos os barcos devem se refugiar rapidamente em terra para não serem investidos e tragados por essa água ruidosa, que ainda costuma estar carregada de detritos diversos. Mas que esses povos reconhecem algo mais elevado, que está acima deles e que eles devem temer, fica claro quando, ao trovejar, os pais apontam o céu com o dedo para os filhos, dizendo Tupana, o trovejante [assim como Júpiter] Tonans, nome com que já os antigos pagãos indicavam o deus do trovão. Ao raio não chamam Tupá, como ao trovão, mas dizem Tupana beraba, ou seja, clarão de Deus. Do mesmo modo, chamam a igreja de Tupáóia ou Tupanaroca, casa de Deus. Uma esmola [é chamada] Tupana potaba, quer dizer, algo que é dado por amor de Deus.

O nome comum para os maus espíritos é Anhánga. Os mais importantes [deles] são os três seguintes: Jurupari, Tagoaíba ou Taguaíba, e Curupira. Chamam o inferno de Anhangaratá, isto é, fogo do diabo. O termo Jurupari vem, provavelmente, de jurú, boca, e apára, torto; esta probabilidade é reforçada com o que aconteceu a um jovem índio da missão Abacaxis, pertencente à nação Comandá. Ele viu sobre o altar a representação de São João Batista e disse tratar-se de Jurupari, o espírito mau. Perguntado por que, respondeu que tinha a boca torta, como a figura de fato mostrava. Com o nome de Taguaíba tornou-se famoso certo cacique da serra de Ibiapaba; para conseguir mais respeito de seus súditos, ele adotou um nome [de] negro, chamando-se Taguaíbunuçu, nome que se compõe de três palavras: Taguaíba, o espírito do mal; una, preto; e uçú, grande.

Gurupirá é, na verdade, o nome do diabo das florestas que, ao que se conta, aparece com frequência àqueles índios que ainda vivem nas matas. Um principal da nação de longas orelhas, os Ariquenas, contou-me certa vez, em Trocano, coisas fabulosas a seu respeito. Dizia que os velhos Tapuias, que já o conhecem e o viram diversas vezes, ficam parados quando ele chega, enquanto os mais jovens fogem. Ele me descreveu a sua aparência e os trajes da seguinte maneira: com exceção da cabeça, ele é todo coberto de pelos; o seu principal adorno é a faixa [própria] dos

índios, feita de belas penas. Do mesmo material são feitos o seu colar, as braçadeiras e o avental. Numa das mãos ele segura arco e flechas; na outra, um cajado da preciosa madeira ybycá pinima. Segundo o principal, quando ele chega, pergunta aos presentes se têm algo para comer; se eles dizem que nada têm, ele atira uma flecha e, imediatamente, um veado ou um porco do mato jaz aos seus pés. Os dentes desse diabo da floresta são brancos como a neve; às vezes, ele extrai um deles e o passa pelos olhos de um ou outro índio. Manda-os, então, olharem para certa direção que ele lhes mostra e, olhando para lá, eles veem à distância labaredas que sobem até grandes alturas. O tubixaba prosseguiu contando que pode acontecer de o Gurupirá levar consigo um dos presentes; quando lhe perguntei para onde os levava, respondeu-me – cetáme, para a sua terra, para o seu país. O termo cetáme compõe-se, na realidade, de três palavras, ou seja: tetáma, pátria, sendo o c [ce] o pronome 'sua', mé significa 'dentro', mas em geral é pe. Se todas as letras [os sons] fossem usadas, ter-se-ia que dizer cetamame, mas isto soa mal ao índio e, por isso, elidindo o am, é dito apenas cetáme. Em Trocano, ainda escutei outro nome do diabo que costuma andar pelas praias e campos. Eles trouxeram para a aldeia uma pessoa moribunda que, segundo eles, havia sido surrada por aquele mau espírito. Esta pessoa, junto com várias outras, ainda foi instruída no catecismo para ser batizada, de acordo com o antigo costume da Igreja, no dia da vigília de Pentecostes. Não sei se a estória é verdadeira, mas ela me deu a oportunidade de fazer aos catecúmenos um pequeno sermão a respeito do poder de Satã sobre aqueles que ainda não foram banhados com a sagrada água do batismo.

Lembro-me de ter lido, nas cartas do grande missionário Pe. Antonio Vieira, que em sua época uma imagem viva era venerada. Tratava-se de um cacique que seus súditos haviam colocado sobre um palco, dançando em volta dele e tendo-lhe prestado, como seu regente, ainda outras honras. O crucifixo deste homem apostólico [Vieira] eu o vi em 1777 nas catacumbas de São Julião, em Lisboa. Ele ficara plantado por longos anos no altar mor da igreja jesuítica [de Belém] do Pará. O Pe. Vieira, ao se estabelecer por algum tempo no rio Tocantins, na altura da missão Guaricuru, junto aos tapuias da mata, deixara para eles a figura do Cristo crucificado a fim de fortalecê-los no propósito de aceitar a crença cristã. Ao fim de alguns meses, os novos cristãos arribaram em diversas canoas à cidade do Pará, trazendo preso ao mastro do barco principal o crucifixo deixado nas matas pelo padre, carregando-o qual um troféu imediatamente para a igreja.

Os índios das missões usavam, em geral, os medicamentos que lhes eram dados pelo padre, que anualmente mandava vir uma pequena farmácia para a missão. Para alguns, não era suficiente que se mandasse o remédio para as suas casas, sendo necessário ficar ao pé deles para verificar que fosse tomado. O remédio corrente era aguardente com puxarí [puxiri?] ou outras ervas do país, como butua etc. Contra o ataque de uma febre forte e perigosa, dava-se-lhes uma boa porção de aguardente misturada com pimenta. Depois de tomado o remédio, eram enrolados num cobertor e deitados em suas redes e ali ficavam até suarem fortemente por todo o corpo. Este era um tratamento comum e muito bom. A maioria dos índios também sabe medicar-se com diversas ervas. Os recém-batizados tinham muito medo dos feiticeiros e, quando pegavam alguma doença, pensavam ter sido atacados por eles com seus poderes mágicos. Alguém que mata as pessoas com suas mágicas é chamado pajé-aiba. Os índios sabem muito bem onde conseguir veneno. Um tipo desses venenos é tão forte que, ao lambuzarem com ele a ponta de suas flechas e atingindo aves ou caça, elas morrem imediatamente, bastando mesmo que uma ou mais penas entrem em contato com o veneno.

Nada tenho a relatar sobre os seus costumes de sepulturar os mortos em suas moradas selvagens. Nas missões, o morto era inteiramente envolto num pano branco em que alguns parentes metiam diversos objetos que ele havia usado em vida, particularmente a rede em que dormia. Os padres proibiram que o fizessem, a fim de evitar alguma

superstição oculta nesse uso. Observei que os moribundos chamam seus amigos e conhecidos quando a morte se aproxima; logo que alguém morre, eles começam a sacudi-lo e balançar a rede de um lado para outro, entoando uma canção fúnebre com grande gritaria, tanto de dia como de noite. Eles também têm o costume de chorar e gritar na casa do morto, sempre que chega um amigo de sangue [parente?] que não esteve junto ao moribundo e que se ausentou por meses ou mesmo todo um ano. O dia dois de novembro, dia de finados, é muito observado e celebrado. Nesse dia, nenhum índio fica fora da igreja e se esta é demasiado pequena para receber a todos, eles se juntam em sua frente. Nesse dia, eles estendem no meio da igreja um grande pano preto e diversas frutas e, em pequenos cestos, também o seu pão de mandioca preparado de diferentes maneiras. Depois da missa, levavam para o padre o que haviam ofertado na igreja. Todas as segundas-feiras costumavam visitar as sepulturas dentro e fora da igreja e assistir às orações comuns para os falecidos.

Embora nas matas convivam com diversas mulheres, reconhecem uma por quem têm a preferência. Quando chegavam à missão com diversas mulheres, eram instados a escolher uma, com a qual deviam dar-se por satisfeitos. As mulheres fiam algodão e tecem um tipo de pano. Particularmente bonitas são as suas fortes redes, de que já se falou, chamadas *tapurána*. Tecem nessas redes, com diversas cores, flores, aves e outros animais do país.

Os portugueses que têm mais direitos são aqueles que se casam com índias, pois têm sobre os demais a vantagem de serem preferidos quando procuram trabalho. Quando Francisco [Xavier de] Mendonça [Furtado], o governador, se demorou em Trocano [depois Borba-a-nova], em dezembro de 1755 e janeiro de 1756, mandou-me o decreto real que tratava dessas mercês e privilégios. Era assinado por ele, governador, e acrescido da palavra “Cumpra-se”.



REFERÊNCIAS

CADENA DE VILHASANTI, Pedro. **Relação diária do cêrco da Bahia de 1638**. Lisboa: [s.n.], 1941.

CUDENA [CADENA], Pedro. Descripción de mil y treinta y ocho leguas de tierra del esto de Brasil, etc. In: LESSING, Gotthold; LEISTE, Christian (Eds.). **Beschreibung des Portugiesischen Amerika von Cudena**. Braunschweig: [s.n.], 1780. p. 13-40.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1978.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas (ca. 1770)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 2 v.

ECKART, Anselm. **Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. São Paulo: Loyola, 1987.

ECKART, Anselm. Zusätze zu Pedro Cudena's Beschreibung de Länder von Brasilien, und zu Herrn Rectors Christian Leiste Anmerkungen im sechsten Lessingischen Beytrage zur Geschichte und Litteratur, aus den Schätzen der Herzoglichen Bibliothek zu Wolfenbüttel. In: MURR, Christoph G. Von. **Reisen einiger Missionarien der Gesellschaft Jesu in Amerika**. Nuremberg: [s.n.], 1785. p. 459-596.

ECKART, Anselm. Nachrichten von den Sprachen in Brasilien. **Journal zur Kunstge-schichte und zur allgemeinen Litteratur**, v. VII, p. 121-122, 1779.

ECKART, Anselm. Nachrichten von den Sprachen in Brasilien. **Journal zur Kunstge-schichte und zur allgemeinen Litteratur**, v. VI, p. 195-213, 1778.

FEDER, Ernesto. Uma viagem desconhecida pelo Brasil. Lessing, Pedro Cadena e os jesuítas. **Cultura Política**, ano V, n. 49, p. 113-128, 1945.

FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram-Pará... às minas do Mato Grosso... no anno de 1749. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio de Brito & Braga, 1874. Tomo II.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio Amazonas**. Rio de Janeiro: Panamericana, 1944.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. v. VIII.

LESSING, Gotthold; LEISTE, Christian (Eds.). **Beschreibung des Portugiesischen Amerika von Cudena**. Braunschweig: [s.n.], 1780.



MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**. Correspondência inédita do governador... Francisco Xavier de Mendonça Furtado. 1751-1759. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963. 3 v.

MORAIS, José de. História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará [1759]. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro: Typographia do Commercio de Brito & Braga, 1860. Tomo I.

MURR, Christoph G. Von. **Reisen einiger Missionarien der Gesellschaft Jesu in Amerika**. Nuremberg: [s.n.], 1785.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província** [1768]. Introdução e notas de Antonio Porro. São Paulo: Edusp, 2006.

PAPAVERO, Nelson; SANJAD, Nelson; CHIQUIERI, Abner; OVERAL, William Leslie; MUGNAI, Ricardo. Os escritos de Giovanni Angelo Brunelli, astrônomo da Comissão Demarcadora de Limites portuguesa (1753-1761), sobre a Amazônia brasileira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, n. 2, p. 493-533, 2010.

PORRO, Antonio. Um 'tesouro' redescoberto: os capítulos inéditos da Amazônia de João Daniel. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 43, p. 127-147, 2006.

PORRO, Antonio. **O povo das águas**. Ensaio de etno-história amazônica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1996.

QUEIRÓS, João de São José. **Visitas pastorais**. Memórias. 1761 e 1762/63. Rio de Janeiro: Ed. Melson, 1961.

VEIGL, Franz Xavier. **Gründliche Nachrichten über die Verfassung der Landschaft von Maynas in Süd-Amerika bis zum Jahre 1768**. Nuremberg: [s.n.], 1798.

